

O Panorama da Ditadura de Stroessner no Paraguai: a consolidação do poder

The Panorama of Stroessner's Dictatorship in Paraguay: the consolidation of power



BARROS, Luiz Eduardo Pinto*

 <https://orcid.org/0000-0002-1139-5285>

RESUMO: O presente artigo faz uma abordagem sobre a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). De forma panorâmica, é compreendido o período anterior a sua ascensão ao poder, passando pelos elementos que favoreceram a consolidação da ditadura, a política externa e interna e os elementos que possibilitaram a consolidação do poder. A pesquisa foi realizada com base em referências bibliográficas. Décadas após o fim da ditadura no Paraguai, acredita-se que as pesquisas sobre o regime ditatorial de Stroessner estão ganhando maior espaço nas pesquisas acadêmicas sobre ditaduras militares na América do Sul.

ABSTRACT: This article addresses the dictatorship of Alfredo Stroessner in Paraguay (1954-1989). It provides a panoramic overview of the period preceding his rise to power, examining the elements that favored the consolidation of the dictatorship, foreign and domestic policy, and the factors that enabled the consolidation of power. The research was conducted based on bibliographic references. Decades after the end of the dictatorship in Paraguay, it is believed that research on Stroessner's dictatorial regime is gaining more prominence in academic studies on military dictatorships in South America.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisas; Política Interna; Itaipu.

KEYWORDS: Searches; Internal Policy; Itaipu.

Recebido em: 24/04/2025

Aprovado em: 30/06/2026

Introdução

A ditadura de Alfredo Stroessner é conhecida por ser a de maior duração na América do Sul no século XX, 35 anos. Sabe-se que foi autoritária e deixou sequelas internas no

* Doutor em História pela UNESP/Franca. Historiador Concursado da Prefeitura Municipal de Guaxupé-MG. E-mail: luizeduardopb@yahoo.com.br



Paraguai. Após a sua queda, em 1989, aos poucos foram surgindo pesquisas sobre seu governo. Boa parte dos trabalhos não eram paraguaios. Possivelmente, a presença do Partido Colorado na presidência até 2008, que havia chegado ao poder em 1947, mesmo em tempos de democracia, tenha inibido pesquisadores do país guarani a avançarem nas pesquisas sobre a Ditadura de Alfredo Stroessner. Ainda, até mesmo a “cultura do medo”, que pode ser perceptível na história recente do Paraguai, que teve um vice-presidente da república assassinado em 1999 e o impeachment feito às pressas para derrubar o primeiro presidente eleito do país que não era do Partido Colorado, até então, Fernando Lugo.

Aos poucos estão surgindo mais pesquisas relacionadas à Ditadura de Stroessner e o assunto vai ganhando maior dimensão. Dentro do próprio Paraguai, políticos do Partido Colorado (o mesmo de Stroessner) buscam desassociar a sua imagem do ditador. Em 2019, o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro, em visita à usina hidrelétrica de Itaipu, chamou o ditador paraguaio de “estadista”. O assunto causou uma repercussão negativa no país vizinho, ao ponto de a oposição política paraguaia da época trazer à tona “várias atrocidades” cometidas por Stroessner. Discussões sobre o trabalho de trazer à tona a memória do regime ditatorial no país ainda causam muitas discussões no Paraguai e este assunto não se esgotará tão facilmente.

Sendo assim, faremos neste artigo um panorama sobre o governo ditatorial de Alfredo Stroessner, apresentando os pontos de vista de alguns autores que publicaram sobre: o ditador e seu governo; o processo que resultou na sua ascensão ao poder por meio de um golpe de estado, em 1954; a condução da política externa paraguaia nas relações com o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos, além dos elementos que favoreceram a manutenção do regime.

O Panorama sobre a Ditadura de Stroessner

A história da ditadura comandada por Alfredo Stroessner no Paraguai é razoavelmente conhecida na América Latina. Algumas pesquisas sobre seus anos de ditadura foram publicadas nos anos de 1980, quando o então general ainda presidia o país.

Foi somente na década seguinte que as pesquisas sobre Stroessner ganharam novas dimensões, sobretudo na América do Sul. Nos anos 2000, com o crescente número de Programas de Pós-Graduação em História no continente, principalmente no Brasil, a

ditadura de Stroessner e suas ações políticas se tornaram objeto de pesquisas cada vez mais detalhadas.

Porém, no caso do Paraguai ainda são poucas as pesquisas publicadas sobre a ditadura de Stroessner. Em 1995, o escritor paraguaio Augusto Roa Bastos lançou um capítulo de livro no qual apresenta o resultado de suas pesquisas, como as colaborações de diversos membros do governo para perseguir adversários políticos do governo e pessoas que não eram “bem vistas”. Para Roa Bastos (1995), a responsabilidade suprema de Stroessner não eximia seus subordinados por suas atitudes violentas. Os demais organizadores do mesmo livro destacaram a importância da pesquisa sobre a ditadura em arquivos policiais submetidos diretamente a Stroessner.

Outro autor que contribuiu sobre o assunto é Fábio Aníbal Jara Goiris. Em 2000, ele publicou a obra *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo* na qual acreditava que, apesar da continuidade do domínio do Partido Colorado, após a queda de Stroessner, em 1989, outros partidos conseguiriam eleger representantes no legislativo e várias prefeituras do país. Mas, ao perceber que o cenário político sofria poucas alterações, o mesmo autor publicou a obra *Paraguay: ciclos adversos y cultura política*, em 2008. Na referida obra, Goiris defende a ideia de que culturalmente o país “não sabe vivenciar uma democracia” e estaria acostumada a “submissão”, sendo elementos relevantes para o domínio político de Stroessner durante décadas.

Em 2012, a pesquisadora Lorena Soler, ligada a Universidade de Buenos Aires, publicou a obra *Paraguay, la larga invención del golpe: el stronismo y el orden político paraguayo*, questionando as explicações tradicionais a respeito das condições que favoreceram a consolidação da ditadura de Stroessner. Para ela, o “despotismo estatal” teria uma função “civilizadora” no Paraguai numa sociedade sem organização, segundo os argumentos utilizados pela ditadura de Stroessner. Soler acredita que análises mais profundas do ponto de vista social e cultural do país seriam necessárias para sobrepor a discursos do senso comum proferidos por diversas elites econômicas e políticas no país, que defendem a “necessidade” de governantes fortes para “ditar os rumos do país”.

Em 2014, a autora Sandra D’Alessandro de Valdez publicou o artigo *Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el stronismo* no qual escreve sua experiência ao pesquisar materiais escolares durante e após a ditadura de Stroessner. Segundo a pesquisadora, a partir de 1998, houve uma reforma educacional no Paraguai que teve

reflexos na forma como os tempos da ditadura de Stroessner foram retratados. Surge uma nova abordagem da história política, que tenta incorporar a análise dos problemas e processos sociais e econômicos, com os principais fatos da história mundial contemporânea e que ocupa um lugar de relação constante com a história nacional. A questão econômica e social adquiriu maior espaço e relevância, dedicando espaço substancial à temática dos trabalhadores e camponeses na história do Paraguai, numa clara tentativa de romper a hegemonia da narrativa política característica da historiografia tradicional, ou seja, uma busca de uma história “vista de baixo”. No entanto, isso não significa que nos materiais escolares apresentar as atrocidades da ditadura de Stroessner seja unânime. A própria Sandra Valdez explica que nas suas pesquisas a questão das violações aos Direitos Humanos é apresentada mais de forma conceitual e simples nos livros didáticos e que, ao mesmo tempo, não aprofunda nas consequências sociais e pessoais que as atrocidades causaram na sociedade paraguaia. Segundo a autora, a ideia de “Paz e Progresso” proporcionado durante as décadas em que Stroessner esteve no poder é perceptível em alguns materiais.

Além do mundo acadêmico, outros livros sobre a ditadura de Stroessner foram publicados nas primeiras décadas do século XXI. A obra *Una Rosa y Mil Soldados*, publicada em 2008, e de autoria de Julia Ozorio Gamecho, apresentou ao mundo um dos aspectos mais sujos dos bastidores da ditadura de Alfredo Stroessner. Segundo Gamecho, ela teria sido sequestrada por um esquadrão do governo que procurava garotas virgens para satisfazer o ditador e seus principais colaboradores. Na época, a sua idade era de 13 anos. Segundo Gamecho, ela foi raptada do seu local de origem em Nueva Italia e levada por um coronel que era Vice Comandante do Regimento de Escolta Presidencial. Ficou dois anos num cativeiro na condição de escrava sexual. Ela afirma que outras meninas estavam vivenciando uma situação similar, sendo escravas sexuais de vários militares. Os sequestradores a libertaram quando completou 15 anos de idade porque ela já não interessava mais aos militares. Julia Ozorio Gamecho fugiu para a Argentina por questões de segurança (2010). O livro trouxe novas discussões sobre as atrocidades “encobertas” no regime.

O jornalista Andrés Colmán, segundo reportagem do jornal *O Globo*¹, investigou a existência de doze centros onde meninas sequestradas eram escravizadas sexualmente pelo ditador paraguaio e seu grupo. A mesma reportagem aborda uma relevante discussão no Paraguai que ainda existe nos tempos atuais: o abuso sexual de meninas adolescentes. Os dados oficiais apontam que 80% dos casos acontecem dentro do ambiente familiar. Outro dado relevante é o fato de o Paraguai ser o país sul-americano onde mais acontece gravidez na adolescência. A cada mil nascimentos, 72 são de mulheres menores de 18 anos de idade. Segundo Julia Ozorio Gamecho, a vítima que escreveu sobre os abusos que sofreu, a realidade vivenciada de forma sofrível de diversas mulheres no Paraguai é fruto “de uma cultura machista” e uma das “heranças do stronismo”. Na mesma reportagem do *O Globo*, são citados exemplos de candidatos a cargos políticos no país naquele momento, como senador e conselheiro departamental, que foram denunciados por supostos crimes sexuais, mas que tiveram seus casos arquivados.

No decorrer deste texto, faremos um esboço sobre os anos anteriores à chegada de Stroessner ao poder no Paraguai e, em seguida, trataremos da política externa e interna de seu governo e os elementos utilizados para a manutenção do regime ditatorial.

A Chegada ao Poder

Alfredo Stroessner nasceu no dia 03 de novembro de 1912, em Encarnación, cidade à beira do Rio Paraná, na fronteira do Paraguai com a Argentina. Seu pai, Hugo Stroessner, trabalhava em uma cervejaria e era imigrante alemão, natural da cidade de Hof an der Saale, na Baviera. Sua mãe, Heriberta Matiauda, era paraguaia. Com dezessete anos, Stroessner entrou no exército e se tornou tenente dois anos depois. Lutou na Guerra do Chaco contra a Bolívia, em 1932, e nos anos seguintes conquistou várias patentes em um período curto. No trecho abaixo, Menezes faz uma breve biografia de Stroessner.

Stroessner entrou na Academia Militar em 1929 com a idade de 16 anos. Seu pai era um imigrante alemão que tinha ido para o Paraguai na década de 1890. Depois da Guerra do Chaco, Stroessner foi promovido a tenente. Com o partido Febrista no poder, ele foi promovido a capitão em 1936 e em 1940 foi guindado à posição de major. Em outubro daquele ano, foi selecionado para vir ao Brasil para um

¹ O GLOBO.COM. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/uma-rosa-e-mil-soldados-o-relato-de-uma-vitima-da-rede-de-escravos-sexuais-infantis-da-ditadura-paraguaia.ghml>. Acesso: 17 abril 2025.

treino especial de artilharia. Ele retornou ao seu país em janeiro de 1941 e foi indicado como instrutor de artilharia para o regimento General Brúgez. Em 1943, entrou para a Escola Superior de Guerra e em 1945 foi nomeado comandante do regimento General Brúgez. Naquele mesmo ano, aos 33 anos de idade, foi promovido a tenente coronel. Em 1946 era nomeado membro do alto comando do exército. Uma fonte diz que Stroessner, com a idade de 38 anos, tornou-se comandante-em-chefe das forças armadas e que dessa posição começou a provocar uma divisão dentro do governo do presidente Chaves com suas constantes e duras críticas a respeito da dependência do Paraguai para com a Argentina de Juan Perón (Menezes, 1987, p. 49).

A vida militar de Stroessner fez com que ele conhecesse o universo político do Paraguai. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), já como comandante do Exército do país, começou a fazer críticas à administração guarani pela dependência política e econômica do seu país perante à Argentina. As críticas de Stroessner naquele contexto faziam sentido, pois, desde o século XIX, a nação guarani sofria influências regionais do país vizinho (Doratioto, 2002). Era muito provável que Stroessner aproveitava aquela condição não apenas para atacar o então presidente paraguaio, mas também para conquistar apoio e consolidar o seu interesse pessoal, ascender à presidência do Paraguai.

O partido Colorado², sob a administração de Higino Morinigo desde 1940, entrou em uma Guerra Civil contra os partidos de oposição, Liberal³ e Febrerista⁴, no ano de 1947. A oposição sofreu uma intensa derrota e muitos de seus filiados deixaram o país fugindo para a Argentina. O “lado vitorioso, com paixão e vingança, iniciou um ‘terror Colorado’, que oprimia qualquer um que pertencesse à oposição. Provavelmente, um terço da população, entre duzentas e quatrocentas mil pessoas, abandonou o país” (Menezes, 1987, p. 45).

Em 1948, foram realizadas eleições diretas para presidente da república do Paraguai e Natalício Gonzáles foi eleito. Ele era do partido Colorado e também amigo de Higino Morinigo. Mas, antes de tomar posse, Morinigo fora deposto por um golpe de Estado no

² É o partido político dominante na história recente do Paraguai. Sua origem remonta ao final do século XIX, em um contexto pós-Guerra do Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança). Fundado em 11 de setembro de 1887. De tendência conservadora e nacionalista. Dominou a política paraguaia durante décadas. Mesmo após o fim da ditadura, em 1989, o partido conseguiu manter-se no poder, sobrevivendo à transição democrática e continuando a dominar a política paraguaia até os dias atuais.

³ É uma das forças políticas mais antigas e tradicionais do Paraguai, sendo o principal opositor histórico do Partido Colorado (ANR). Sua origem está intimamente ligada ao conturbado período de reconstrução nacional após a Guerra da Tríplice Aliança.

⁴ É um partido político paraguaio que se distingue dos tradicionais Partido Colorado e Partido Liberal por ter uma origem ligada a um movimento cívico-militar de caráter reformista e por sua ideologia de esquerda nacionalista/social-democrata. Originou-se da Revolução de fevereiro de 1936 liderada por militares inconformados com a situação do país e acabou com a queda do presidente Eusébio Ayala.

qual ativamente participaram o Coronel Alfredo Stroessner e seu amigo e mentor General Raimundo Rolon. O golpe de Estado não houve vítimas não matou ninguém e não causou danos a nenhuma propriedade.

Segundo Ceres Moraes (1996), o golpe feito contra a administração de Morinigo foi justificado pelos golpistas como uma maneira de evitar que o presidente tentasse continuar no poder descumprindo a constituição federal. No entanto, os oposicionistas não estavam satisfeitos nada contentes com a eleição de Gonzáles, amigo do presidente Morinigo. Por isto, o golpe de Estado provavelmente nada tem a haver com a “defesa constitucional” do Paraguai.

Apesar da derrubada de Morinigo, Gonzáles assumiu o poder paraguaio depois de uma breve administração de Juan Manoel Frutos, que era o então presidente do Supremo Tribunal Federal. Gonzáles tomou posse sob suspeitas de oposicionistas internos do partido Colorado. Sabendo das divergências dentro do partido, Gonzáles tentou sem sucesso unificar os Colorados. Frederico Chaves, líder da oposição colorada e candidato derrotado na escolha do partido para a candidatura à presidência da república em 1948, iniciou um movimento para derrubar o governo de Natalício Gonzáles.

Depois de um período de instabilidade política, no qual o General Raimundo Rolon assumiu provisoriamente o cargo de presidente da república e logo em seguida causou desconfiança por parte do grupo de Chaves que acreditava que Rolon poderia não querer deixar a administração federal, um novo golpe de estado ocorreu e Frederico Chaves assumiu o poder. O seu governo ficou marcado por problemas econômicos e dificuldades de incentivar a infraestrutura do país. A “economia do Paraguai estava demasiadamente ligada à economia argentina e, quando esta começou a ter problemas, isto afetou o Paraguai. Apesar disto tudo, Chaves foi reeleito em fevereiro de 1953” (Menezes, 1987, p. 47).

Apesar das tentativas de solucionar os problemas econômicos do Paraguai, Chaves não estava tendo êxito. Muitos de seus ministros e secretários foram substituídos numa tentativa desesperada de resolver os problemas. No entanto, Stroessner, comandante geral do Exército, continuava ileso no cargo. Provavelmente, a forte influência e capacidade de liderança de Stroessner não apenas sobre o Exército, mas sobre todas as Forças Armadas, faziam com que ele continuasse com grande força nos quadros administrativos do governo Chaves (Rolon, 2010).

Stroessner fez parte de vários golpes de estado ao longo de sua carreira militar. Tinha habilidade e poder de influência entre os sucessivos chefes de estado, tanto que conquistou várias patentes em um período relativamente curto. Até mesmo quando o partido Febrerista estava na presidência paraguaia, ele conquistou avanços significativos na sua carreira militar. Ele uniu forças dentro do partido Colorado para derrubar a administração de Chaves e planejou o golpe para que fosse feito entre os primeiros dez dias do mês de maio de 1954, quando era esperada uma visita de um representante do governo argentino de Perón (Moraes, 1996).

Depois de um período considerável de golpes de estado no Paraguai, aquele ocorrido em maio de 1954 parecia ser mais um entre tantos outros que viriam a ocorrer pouco tempo depois em meio à instabilidade política no país. As justificativas para as ações golpistas eram sempre baseadas em problemas econômicos e receios de golpes feitos pelos presidentes para continuarem no poder.

A autora Ceres Moraes (1996) faz uma série de observações que resultaram na Federico Chaves. Uma delas seria que a política econômica de dependência em relação à Argentina não agradava certos setores internos e também os governos dos Estados Unidos e do Brasil.

O golpe de maio de 1954 provocou indignação por parte do grupo político de Federico Chaves e também do Partido Comunista. No entanto, um número significativo de membros do Partido Colorado e até mesmo membros do Partido Febrerista e do Partido Liberal acreditavam que o golpe liderado pelos militares possibilitaria uma estabilidade política no país. Moraes aponta que no caso dos principais partidos de oposição, estes acreditavam que, finalmente, os Colorados deixariam o poder e a legalidade seria imposta para consolidar as leis descritas na constituição federal.

Como era de costume no Paraguai, o golpe de 04 de maio foi recebido com expectativas e esperança pelas facções do Partido Colorado, que estavam fora do poder -"guiones rojos" e "epifanistas"- e também pela oposição. Com exceção do "setor democrático" do Partido Colorado (facção do ex-presidente Chaves) e do Partido Comunista, todos os demais, inclusive o Partido Liberal e o Partido Febrerista, comemoraram a queda de Chaves. Viam na nova situação, não apenas a possibilidade de voltar à legalidade, mas também a possibilidade de voltar ao poder. "A interpretação era que retomado o poder pelos militares, estes afastariam os colorados da administração pública e ali, então, estava a oposição esperando 'ser chamada' para ocupar esse lugar". Nesse sentido, o dirigente febrerista, Arnaldo Valdovinos, chegou a fazer contato com Stroessner. No Partido

Liberal, Fernando Levi Rufinelli defendeu a idéia de que o partido deveria aproximar-se de Stroessner, porém essa sugestão não foi aceita sob a argumentação de que "se ele (Stroessner) nos necessita, que venha pedir-nos ajuda" (Moraes, 1996, p. 57-58).

Stroessner finalmente assumiu o poder em agosto de 1954 como ele tanto havia desejado. A experiência de golpes de estado anteriores demonstrou a ele que consolidar o poderio de sua presidência não seria tarefa fácil. O apoio popular era fundamental para seus interesses e, mais ainda, a aliança com grande maioria dos membros do partido Colorado. Stroessner teve habilidade suficiente para evitar que outros golpes de estado pudessem ocorrer contra a sua administração.

A Política Externa de Stroessner

É importante mencionar que Stroessner teve importante apoio dos Estados Unidos e do Brasil para consolidar nos anos posteriores ao golpe de 1954 a sua permanência na presidência do Paraguai. Segundo Rolon (2010), a política externa paraguaia em relação aos Estados Unidos teve uma dinâmica mais intensa no plano das Américas, ao mesmo tempo que intensificava as relações bilaterais com seus vizinhos Brasil e Argentina. Segundo Kenneth Waltz (2002), estados pequenos têm buscado novas oportunidades para manobrar os interstícios de uma balança de poder e encontrar soluções a seu favor. E este é o caso do Paraguai, que é um país mediterrâneo, ou seja, não tem acesso direto ao oceano.

O pensamento geopolítico do geógrafo inglês Halford Mackinder desenvolveu nos primeiros anos do século XX o conceito estratégico de *Heartland*, o coração continental. Nos seus estudos, a região central da Eurásia seria essencial graças aos seus preciosos recursos naturais. Leonel Itaussu Almeida Mello (1987) adaptou a teoria de Mackinder para a sua obra "A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata" analisando a situação geográfica da Bolívia e do Paraguai. Os países que tivessem melhores relações políticas com ambos fornecendo a eles acesso ao oceano teriam maior facilidade nas negociações para usufruir de seus recursos minerais. No caso do Paraguai, o país está no centro da Bacia do Prata⁵ que é importante para o Brasil e para a Argentina nos aspectos de transporte, energia hidrelétrica, agricultura, pesca e demais atividades. Ou seja, relações políticas de aproximação com os paraguaios seriam benéficas para os dois grandes sul-americanos. E foi neste cenário que

⁵ A Bacia do Prata é composta por Bolívia, Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai.

Alfredo Stroessner soube fazer de sua política externa um instrumento para mostrar internamente a importância do seu governo para os paraguaios.

O ditador paraguaio soube fazer da sua política externa um instrumento para garantir benefícios ao seu país mostrando para os dois vizinhos um sinal de proximidade. No caso brasileiro, a melhoria e facilitação do transporte que ligasse o Paraguai aos portos de Paranaguá e Santos foram de grande relevância para o país guarani. Este processo ganhou impulso a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Do lado argentino, no final dos anos 1950 uma comissão mista feita com os paraguaios iniciou suas atividades a fim de construir uma usina hidrelétrica entre os dois países no curso do Rio Paraná, sendo Yacyretá (Barros, 2013).

Nos anos de 1960, o Paraguai passou por momentos diplomáticos tensos em relação ao Brasil. A discordância entre os dois países estava relacionada à soberania da região de Sete Quedas, localizada na fronteira entre ambas as nações. Em 1962, o governo paraguaio soube através de uma publicação do *Jornal do Brasil* que o estado brasileiro estava desenvolvendo estudos a fim de conhecer o potencial hídrico da região. Os paraguaios reclamaram alegando que o Brasil não poderia realizar tais estudos sem consentimento do Paraguai (Menezes, 1987). Em janeiro de 1964, João Goulart e Alfredo Stroessner anunciaram um acordo de que o potencial hídrico da região de Sete Quedas seria de usufruto dos dois países. Porém, com o golpe militar no Brasil no mesmo ano, a administração de Castelo Branco enviou militares à região em 1965 causando um novo transtorno diplomático entre os dois países que foi apenas solucionado com a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966 (Barros, 2009). Anos depois, em abril de 1973 foi assinado entre os governos do Brasil e do Paraguai o Tratado de Itaipu, no qual os dois países administrariam a usina que viria a ser inaugurada em 1982 e aproveitariam de seu potencial hídrico (Menezes, 1987).

Sem dúvidas, o Tratado de Itaipu é relevante para o Brasil e o Paraguai, pois a usina binacional é de um imenso valor significativo na produção energética dos dois países. Porém, em 2008 o governo do presidente Fernando Lugo, filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), passou a reivindicar em relação ao Brasil a revisão do Tratado de Itaipu que tinha como data limite o ano de 2023. Isto porque, segundo o documento, o Paraguai deveria vender ao Brasil a parte energética que não utiliza dos seus 50% de direito em relação a Itaipu. Dentre os valores acordados estão aqueles relacionados a dívida paraguaia

em relação ao Estado brasileiro, levando em consideração que o Paraguai não tinha condições na época de financiar a sua parte na construção da usina. A dívida seria amortizada no decorrer das décadas. Lugo alegava que o Paraguai tinha quitado a dívida e por isso o Estado brasileiro deveria pagar mais pela energia comprada do país guarani. Na época o governo Lula (2003-2010), relutante no início, fez um acordo com o país vizinho. Neste ano de 2025, o acordo de Itaipu já foi renovado, mas não sem polêmicas. Afinal, o assunto envolve questões internas nos dois países, principalmente no Paraguai que faz de Itaipu um objeto de grande relevância política e econômica no cenário doméstico.

Emílio Alapanian Colmán desenvolve uma abordagem sobre a maneira como Stroessner demonstrava internamente a aproximação de seu governo em relação ao Brasil.

Stroessner justificava sua propensão a apoiar-se no Brasil na “necessidade” do Paraguai respirar com dois pulmões econômicos, até então seu único pulmão seria o Rio Paraguai, por onde as exportações paraguaias navegavam até o porto de Buenos Aires, caracterizando assim uma profunda dependência da economia argentina. O segundo pulmão seria uma rodovia que ligaria o Paraguai ao litoral brasileiro. A construção de uma rodovia que ligasse Assunção até a fronteira com o Brasil foi concluída em 1955, em 1956 o porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, se transformou em porto franco para o Paraguai. Porém ainda faltava a ponte sob o Rio Paraná que ligasse o Paraguai ao Brasil. Em outubro de 1956 o presidente do Brasil Juscelino Kubitschek e Stroessner se encontram simbolicamente onde foi construída a batizada “Ponte da Amizade” que ligou Assunção ao porto de Paranaguá, tendo finalmente o Paraguai o seu segundo pulmão (Colmán, 2009, p. 34).

Segundo Amaral e Silva (2006), o Brasil foi o “segundo pulmão” paraguaio na balança de equilíbrio com a Argentina e o Paraguai passou a ser um importante parceiro político e comercial do Brasil no contexto sul-americano. Este contexto favoreceu a ditadura de Stroessner no âmbito da política externa e, ao mesmo tempo, sua imagem no cenário interno paraguaio.

Em relação à Argentina, no início de 1965, autoridades de Corrientes apreenderam embarcações paraguaias que estavam indo em direção a Buenos Aires. Segundo os argentinos, o motivo da apreensão era por causa de contrabando de mercadorias.

O problema ocorrido em Corrientes não teria grande repercussão se fosse encarado pelo governo paraguaio como um simples fato isolado. Mas quase um ano antes do incidente havia sido assinada entre Paraguai e Argentina a Ata de Buenos Aires, em fevereiro de 1964” (Barros, 2017, p. 87).

Na ocasião, o documento formalizava a livre-navegação de embarcações paraguaias em território argentino. O episódio foi interpretado como quebra de acordo (Flecha, 1990).

A ditadura de Stroessner explorou o tema fazendo uso da imprensa escrita e do rádio. Segundo Barros, “Stroessner soube tirar proveito da situação para demonstrar à opinião pública que seu governo era necessário para conquistar benefícios ao país, como na busca à livre navegação dos rios internacionais tão necessários para sua economia” (2017, p. 88). O impasse foi solucionado no segundo semestre de 1966, durante o governo de Juan Carlos Onganía na Argentina. Segundo Armando Gallo Yahn Filho (2005), a aproximação entre o Brasil e o Paraguai a fim de resolver o “caso Sete Quedas” e que resultou na Ata das Cataratas, em junho de 1966, teve reflexos na aproximação entre Buenos Aires e Assunção para resolver o impasse sobre a livre-navegação. Em dezembro de 1973, os dois países assinaram o Tratado de Yacyretá a fim de usufruírem juntos os recursos hidroenergéticos do Rio Paraná. A usina entrou em operação somente em 1994.

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina estava concentrada dentro do espaço capitalista-ocidental sob influência dos Estados Unidos. E a relação desta grande potência com os países latinos teve grandes consequências na história da América Latina. De golpes militares a apoio econômico e industrial, os Estados Unidos observaram os países latinos como importantes eixos de influência da sua política econômica liberalista. Segundo Schilling, “o processo de ajustamento da América Latina aos interesses norte-americanos começou a ser esboçado juridicamente com a Ata de Chapultepec, assinada em 3 de março de 1945” (1991, p. 42-43).

O departamento de Estado convocou todos os aliados latino-americanos para uma conferência especial na Cidade do México. A aprovação do documento implicava na “mutualização” da Doutrina *Monroe* ao propor que “qualquer ataque ao território ou soberania de qualquer dos países americanos seria revidado pelas forças conjuntas de todos eles”. Tratava-se, na prática, de dar uma demonstração de unidade continental e constranger aqueles que ainda se mantinham neutros no conflito (como a Argentina). A consagração final da ata foi a reunião realizada no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 1947, quando se firmou um pacto que enlaçava as nações latino-americanas ao futuro político dos Estados Unidos: O *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR). (Schilling, 1991, p. 43).

Dentro do projeto político estadunidense voltado para a América Latina, o Paraguai tinha importância estratégica para os Estados Unidos pela sua localização geográfica na

América do Sul. Havia uma preocupação com o crescimento da influência soviética na região. Essa preocupação do governo estadunidense com a possibilidade de um “avanço do comunismo em território paraguaio deveu-se principalmente à efetiva participação do Partido Comunista, ao lado de liberais e febreristas, na Revolução de 1947, na qual a maior parte dos oficiais de exército posicionaram-se ao lado dos revolucionários” (Moraes, 1996, p. 101). Ainda segundo a autora,

Assim, o Paraguai, devido à sua posição geográfica e à declarada aversão de seu governo ao comunismo, começava a ser considerado fator importante pelos Estados Unidos no estabelecimento de sua política para a América do Sul. Ou seja, os Estados Unidos, na defesa de seus interesses e baseados na doutrina de segurança continental, passavam a dar apoio econômico e militar, inclusive com treinamento antiguerrilha, ao regime ditatorial que estava sendo imposto ao Paraguai. Por sua vez, Stroessner soube aproveitar muito bem esse momento. Procurando fortalecer-se no poder, tanto interna como externamente, buscou ligar-se cada vez mais aos interesses norte-americanos na região. Para isso, chegou ao extremo de solicitar que os Estados Unidos estabelecessem uma base militar em território paraguaio (Moraes, 1996, p. 109).

Segundo Espósito Neto (2011), a política de Stroessner de combater movimentos “subversivos” de esquerda e a sua retórica anticomunista, agradaram muitas autoridades estadunidenses. O alinhamento ideológico resultou numa grande aproximação amistosa entre os Estados Unidos e o Paraguai na década de 1950. Na gestão Jimmy Carter (1977-1981), a condução da política externa estadunidense em relação aos direitos humanos reduziu sensivelmente a relação entre os dois países. Nos anos 1980, durante a presidência de Ronald Reagan (1981-1989) as relações se deterioraram por causa da política contra às drogas promovida pelo presidente estadunidense. Washington praticamente cortou os repasses financeiros a Assunção e suspendeu o Paraguai da lista do Sistema Geral de Preferência (SGP) (Farina, 2003; Mora, 2001, p. 12).

Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina eram os potenciais financiadores do Estado paraguaio. Durante décadas, o método de ação paraguaia funcionou muito bem. Contudo, as mudanças nas diretrizes da política externa norte-americana, as transformações no cenário internacional com o fim da Guerra Fria, a prolongada crise econômica e a mudança dos regimes políticos na América do Sul na década de 80 erodiram a base da política interna e externa paraguaia de Stroessner (Farina, 2003, p. 329).

A Política Interna e os Elementos que favoreceram o Poder

Na pesquisa desenvolvida por Ceres Moraes, além do acesso a arquivos paraguaios relacionados a diplomacia paraguaia em Assunção, ela consultou autores paraguaios que observaram o papel dos diversos membros do Partido Colorado que apoiaram o governo Stroessner. Segundo Moraes, Stroessner tentou eliminar um ou outro potencial adversário político. Ao mesmo tempo, a sua experiência militar contribuiu para que ele consolidasse o seu poder ditatorial.

Ao contrário da maioria dos autores paraguaios por nós consultados, que consideram ter havido intensa resistência do Partido Colorado ao predomínio de Stroessner, consideramos que houve resistência apenas de algumas personalidades e de seus grupos de apoio, geralmente quando, em algum momento sentiram seus interesses ameaçados. Desde o golpe, a Junta de Governo do Partido apoiou o Comandante-em-chefe das Forças Armadas. Dessa forma, sua instrumentalização não foi muito difícil, bastou para isso apenas livrar-se de alguns potenciais adversários e daqueles que, em determinados momentos, tentaram agir independentemente da orientação dada pelo ditador (Moraes, 1996, p. 67-68).

A utilização do Partido Colorado por parte de Stroessner foi fundamental para a sua administração. O partido neutralizou tanto ações de grupos contrários ao governo como desenvolveu uma intensa repressão. Segundo Osmar Arce (1988), sindicatos organizados por trabalhadores ousaram protestar e desafiar o sistema, mesmo alguns membros sendo filiados ao Partido Colorado. Em agosto de 1958, a *Confederación Paraguaya de Trabajadores* decretou greve geral. Em maio de 1959, foi a vez do movimento estudantil fazer mobilizações públicas. Neste cenário, a direção do partido não só apoiou a decisão do governo de intervir nas entidades, como também apoiou a ação repressiva contra os manifestantes.

Outro aspecto importante utilizado pelo governo Stroessner a seu favor foi a aliança com a Igreja Católica. Moraes (1996) menciona que apesar de diversos padres e outros integrantes da igreja elaborarem argumentos em defesa dos “mais fracos” criticando as ações arbitrárias do governo Stroessner, diversos membros do clero tiveram fundamental importância nas ações políticas e sociais de Stroessner.

Apesar de, ao longo de sua história, ter tido alguns padres e mesmo setores que se pronunciaram e se colocaram na defesa dos “mais fracos”, denunciando a exploração praticada e o desrespeito aos direitos humanos, a Igreja, enquanto instituição hierárquica, historicamente sempre esteve ligada aos detentores do

poder político e econômico. No Paraguai não foi diferente. Nesse País, porém, as relações da Igreja com o poder, no período aqui focado, não eram apenas indiretas e informais, mas sim formais e institucionais, pois a Constituição de 1940 estabelecia, em seu art. 46, que o Presidente da República devia professar a religião Católica Apostólica Romana. Além disso, o Estado, para ter o respaldo do clero, tradicionalmente havia assumido a responsabilidade pela manutenção das igrejas. Em troca, o presidente tinha o direito de participar da nomeação de sacerdotes e bispos (Moraes, 1996, p. 83).

E se não bastasse a conexão política entre o governo e a Igreja Católica, havia a necessidade de institucionalizar a fé católica por meio do sistema educacional. Segundo Kênia Moreira e Ruth Vareiro, durante “a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai o governo estabeleceu duas reformas educacionais, a primeira no ano de 1957 e a segunda em 1973, ambas com auxílio da UNESCO e dos Estados Unidos (USAID⁶)” (2022, p. 4). Naquele contexto, a religião católica era a oficial no Paraguai (constituição nacional de 1940 e 1967) e durante seu governo, Stroessner instituiu o Ministério de Educação e Culto (1954) a fim de associar os princípios cristãos à educação moral e cívica disponível nos materiais didáticos e paradidáticos (Horak, 1995). Para Moreira e Vareiro,

O interesse da Igreja católica pela dimensão educativa pode ser historicamente explicado pela necessidade de manutenção da sua posição privilegiada no jogo pelo poder. Tal interesse é explicado pela renovada concepção de homem elaborada pela teologia tridentina, no século XVI. Desde então, a Igreja que concebe o homem como pecador, que se redime não só pela fé, mas também pelas obras, impõe-se a função de intervenção educativa, para ajudar o homem a “reprimir os instintos” e adquirir hábitos de “bom cristão”, sobretudo na fase juvenil. Tais preceitos coadunam com a passividade do povo, esperada por governos autoritários, como o de Stroessner, que durante seu governo, justificou o fortalecimento da educação religiosa para fazer oposição às doutrinas consideradas “ímpias” (Moreira; Vareiro, 2022, p. 3).

Além do papel da igreja perante a população guarani para consolidar os seus interesses, Stroessner tentava demonstrar para seu povo que sua ditadura era “democrática”. Moraes menciona que o presidente paraguaio promoveu várias eleições, com participação exclusiva dos colorados, para demonstrar a “legalidade” de seu governo.

⁶ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, criada em 1961 para fornecer ajuda externa, socorro em desastres e promover o desenvolvimento econômico. Fundada durante a Guerra Fria com o objetivo de atrair países em desenvolvimento para o lado democrático ocidental, a agência foi responsável por mais da metade da assistência externa dos EUA e atuava em mais de 100 países, com operações em saúde pública, segurança alimentar, democracia e direitos humanos.

Um dos aspectos que chama a atenção nessa ditadura imposta ao Paraguai é o fato de que, ainda na década de 50, quando não era comum os ditadores latino-americanos terem preocupações com a legalidade, Stroessner, ao contrário, durante todo tempo preocupou-se em dar aparência de democracia a sua pura e simples ditadura. Para isso promovia regularmente eleições, das quais só participava o Partido Colorado, ao mesmo tempo mantinha proibidas quaisquer atividades dos demais partidos políticos e manifestações reivindicatórias dos sindicatos, apesar de serem dirigidos por correligionários (Moraes, 1996, p. 89).

Ainda no cenário interno, não faltou o apoio das forças armadas para consolidar o domínio da violência a favor da ditadura. O aparato militar foi crucial na implementação da doutrina da Segurança Nacional e na repressão a opositores políticos. O regime reprimiu todos os críticos e opositores do governo. Os instrumentos utilizados eram tão rigorosos que geraram os “arquivos do terror” (Barret, 2016). Segundo Miguel López, a reorganização do Exército doutrinou os militares vinculando a lealdade dos comandantes militares a uma adesão pessoal a Stroessner (López, 2010). O método utilizado se deve ao personalismo do povo paraguaio ao apoio institucional. Levando em consideração o histórico do país ao exaltar heróis militares como promotores da “ordem e progresso”, o cenário era favorável para fertilidade do autoritário regime militar (Vera, 2010). Vale mencionar que o exército paraguaio ampliou a sua força política e papel de influência após a Guerra do Chaco (1932-1935) contra a Bolívia (Doratioto, 2000). Ou seja, a aproximação dos militares para a fortalecer o governo foi fundamental, ainda mais sendo Alfredo Stroessner um militar de carreira.

E, finalmente, não podemos deixar de mencionar o papel da imprensa. A propaganda política foi utilizada como principal meio de difusão de referência ao presidente, sendo o principal veículo para tal finalidade a imprensa. Durante o regime, a imprensa divulgava aquilo que interessava para o governo, como as principais atividades de Stroessner. Além disso, informava temas do cotidiano como esportes, moda e entretenimento a fim de transparecer uma imagem do país estar vivendo uma “democracia”.

A ditadura de Alfredo Stroessner chegou ao final em 3 de fevereiro de 1989, por meio de um golpe militar. Durou quase 35 anos e foi a de maior duração na América do Sul no século XX. Crise econômica, isolamento político, desgaste do regime e a pressão interna por uma democracia ampla resultaram na queda de Stroessner. Ele obteve asilo político no Brasil onde faleceu em 16 de agosto de 2006, aos 93 anos, em um hospital de Brasília.

Antes da morte de Stroessner, diversos juízes paraguaios emitiram ordens de prisão e a extradição do ex-ditador para o Paraguai. Embora houvesse pressão de organizações de direitos humanos, como a *Human Rights Watch*, para que o Brasil o processasse ou extraditasse com base na Convenção contra a Tortura, a extradição nunca foi autorizada. O fato de Stroessner não ter retornado ao Paraguai para sofrer diversos processos e condenações, assim como o papel da Justiça brasileira que não colaborou para a sua extradição, é um tema que merece maior atenção de pesquisas futuras a respeito da ditadura de maior duração na América do Sul no século XX.

Considerações finais

Nos últimos anos, a ditadura de Stroessner ganhou espaço nas pesquisas históricas, mas sua história ainda precisa ser mais aprofundada para ser conhecida pelo público. Stroessner, dentre as nações latinas, só não governou mais do que os quarenta e nove anos que Fidel Castro esteve à frente da administração cubana (1959-2008). A trajetória de Stroessner não pode passar em branco por conta das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no Paraguai durante os anos em que ele esteve no poder.

É bem verdade que houve avanços econômicos em seu governo e que o Tratado de Itaipu, apesar da queixa do atual governo paraguaio no aspecto econômico, foi de grande relevância para o Paraguai. No entanto, a ditadura de Stroessner foi violenta, corrupta e teve grande apoio dos Estados Unidos e do Brasil. Fazendo um balanço geral, Stroessner ficar marcado por muitos como um ditador que esparramou sangue por todo o Paraguai e que demonstrou a necessidade do fim dos governos autoritários.

Acredita-se que novas pesquisas sobre o governo Stroessner sejam criadas cada vez mais, sobretudo entre os pesquisadores paraguaios, para que a luta daqueles que combateram a ditadura de Stroessner e clamaram por liberdade e democracia política na nação guarani não seja esquecida. Afinal, a pesquisa histórica fortalece a importância da luta pela democracia ao redor do mundo. E a preservação da memória paraguaia sobre este tema ainda é um grande desafio.

Fontes

UMA rosa e mil soldados: o relato de uma vítima da rede de escravas sexuais infantis da ditadura paraguaia. O Globo, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/uma-rosa-e-mil-soldados-o-relato-de-uma-vitima-da-rede-de-escravos-sexuais-infantis-da-ditadura-paraguaia.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2025.

Referências

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. **Brasil-Paraguai**: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

ARCE, Osmar Dias de. O Paraguai contemporâneo (1925-1975). In: CASANOVA, Pablo G. (org.) **América Latina** - História de meio século. (Tradução de Marcos Bagno e Ricardo G. R. Castro). Brasília: Editora UnB, 1988.

BARRETO, Anna Flavia Arruda Lanna. Arquivos do terror e stronismo: memória, história e luto. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, 9(1), p. 140-163, ano.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **As relações entre Brasil e Paraguai no "caso das Sete Quedas" (1965)**. 2009. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **Os Saltos da Discórdia (1962-1966)**: o impasse entre o Brasil e o Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966). 1. ed. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2013. v. 1. 212 p.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. Um estudo das relações entre a Argentina e Paraguai em torno do impasse sobre a navegação do Rio Paraná por meio de documentos diplomáticos brasileiros e as negociações para construção de Yacyretá (1965-1973). **Revista Aedos**, [S. l.], v. 9, n. 21, p. 83-108, 2017.

COMÁN, Emílio Alapanian. **O Tratado de Itaipu**: o interesse do acordo entre Brasil e Paraguai (1960-1973). Trabalho de Conclusão de Curso. Londrina, UEL, 2009.

DORATIOTO, Francisco. Três reflexões sobre a Guerra do Paraguai. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. 88, p. 78-87, 2002.

DORATIOTO, Francisco. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). In: **FUNAG**. A visão do outro; seminário Argentina-Brasil. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, 2000.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Os Eixos da Política Externa do Paraguai de 1954 a 1989. **Meridiano 47** (UnB), v. 13, p. 11-18, 2013.

FARINA, Bernardo Néri. **El Último Supremo**: La crónica de Alfredo Stroessner. Paraguay, Assunción: Editorial El Lector. 2003.

GOIRIS, Fábio Anibal Jara. **Autoritarismo e democracia no Paraguai Contemporâneo**. 1. ed. Curitiba. Paraná: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000. v. 1. 262 p.

HORAK, Carmen Quintana de. **La educación escolar en el Paraguay**. Apuntes para una historia. Asunción: CEPAGSUMANDO - Fundación en Alianza, 1995.

LÓPEZ, Miguel H. Stroessner e Eu: a cumplicidade social com a ditadura (1954-1989). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX –Brasil e América Latina. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010. p. 437-470.

MENEZES, Alfredo de Mota. **A herança de Stroessner**: Brasil-Paraguai (1955-1980). Campinas: Papirus, 1987.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

MORAES, Ceres. **A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1996.

MORA, Frank. **Paraguayan Foreign Policy**: The legacy of authoritarianism. Washington, DC, LASA Congress, 2001.

MOREIRA, Kênia Hilda; VAREIRO, Ruth Eliza Leivas. O Catolicismo nos Livros Didáticos de Educación Cívica Y Moral Durante o governo de Stroessner no Paraguai. **EDUCAÇÃO EM REVISTA** (ONLINE), v. 38, p. 1-20, 2022.

ROA BASTOS, Augusto. **Contravida**. Buenos Aires: Norma, 1995.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai**: transição democrática e política externa. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2010.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos X América Latina**: as etapas da dominação. 4ª edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.

SOLER, Lorena. **Paraguay, la larga invención del golpe**: el stronismo y el orden político paraguayo. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.

VALDEZ, Sandra D'Alessandro. Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el stronismo. **Open Edition Journals**, 2014.

VERA, Myrin González. “Data Feliz” no Paraguai: festejos de 3 de novembro, aniversário de Alfredo Stroessner. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010. p. 393-436.